

O ENSINO PROFISSIONAL AGRÍCOLA PAULISTA E A ESCOLA CÔNEGO JOSÉ BENTO

Zulmira dos Santos

Escola Técnica Estadual Cônego José Bento do Centro Paula Souza

Zulmira@etecjbento.com.br

Este estudo foi o resultado de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – Habilitação em Administração Escolar, na Faculdade de Educação Thereza Porto Marques, Jacareí-SP e teve como objetivo investigar e recuperar a trajetória do ensino profissional agrícola paulista e da Escola Técnica Cônego José Bento, localizada no município de Jacareí, estado de São Paulo. Por meio do levantamento, leitura e análise da bibliografia referente ao ensino agrícola no estado de São Paulo e por meio da coleta e estudo das fontes, localizadas no Centro de Memória da ETEC Cônego José Bento, no Arquivo Público e Histórico de Jacareí e na Diocese de Taubaté, foi possível realizar este trabalho. Questionamentos como qual era a relação da agricultura com o ensino e o papel da Escola no município, nortearam a nossa pesquisa. No Brasil, com uma economia fundamentada nos quadros do mundo agrário e que, posteriormente prosseguiria nas fazendas cafeeiras, foi para o trabalho agrícola que se voltaram os senhores da política. Era preciso que o trabalho deixasse de ser algo aviltante da condição humana e desonra para aquele que o exercesse. Com o avanço da agricultura, visando maior produtividade, é que surgem as primeiras iniciativas para o ensino agrícola no estado de São Paulo. Em 1895 foi criada a Escola Agrícola de Piracicaba, marco importante para o ensino agrícola em São Paulo, na época o mais desenvolvido do Brasil. Em 1931, o ensino agrícola paulista ganhou espaço nas preocupações na Secretaria da Educação e Saúde Pública. Dessa forma, foi criada a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, que se encarregou de cuidar do ensino agrícola com o objetivo de unificar as diretrizes administrativas e pedagógicas para as escolas profissionais. O novo órgão também elaborou um plano de expansão de ensino profissional. Em decorrência desse plano foram criadas as escolas de Espírito Santo do Pinhal, de Jacareí e de São Manuel, com o objetivo de preparar operários, mestres de cultura, capatazes e administradores agrícolas. Esse objetivo era atendido por meio de dois cursos: um primário, com três anos de duração e um complementar, de um ano, para especialização e aperfeiçoamento. Na década de 1940, foi criada a Diretoria de Ensino Agrícola, vinculada à Secretaria da Agricultura, marcando uma nova etapa no ensino agrícola paulista. Em 1943, foi criada a Assistência Técnica do Ensino Rural junto ao Departamento de Educação da Secretaria da Educação e Saúde Pública para orientar, organizar e fiscalizar os cursos de agricultura das escolas técnicas e dos grupos escolares rurais. Após a queda de Getúlio Vargas, em 1946, foram aprovadas as leis orgânicas do Ensino Primário, do Ensino Normal e do Ensino Agrícola. A Lei Orgânica manteve a vinculação da rede de escolas agrícolas ao Ministério Agrícola. O decreto-lei 9.613, denominada Lei Orgânica do Ensino Agrícola estabeleceu as bases da organização e do regime do ensino agrícola, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura. Em 1954, as escolas profissionais agrícolas e industriais foram transformadas em escolas agrotécnicas, no âmbito da Secretaria da Educação. No ano seguinte, foram transferidas para a Secretaria da Agricultura, que foi consolidando a rede estadual de ensino agrícola. Em 1963, no estado de São Paulo, as escolas agrícolas e a estrutura da Diretoria de Ensino Agrícola, são transferidas da Secretaria da Agricultura para a

Secretaria da Educação, pelo decreto nº 42.155, de 5 de julho. Em 1971, com a lei nº 5.692, a rede de colégios agrícolas foi vinculada à Coordenadoria de ensino do Interior. Em 1985, pelo decreto nº 23.544, de 10 de março, foi criada a Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais – DISAETE. Ela administrou a rede de escolas técnicas industriais e agrícolas até o final de 1991, quando as escolas técnicas, incluindo as agrícolas, foram transferidas para a Secretaria da Ciência e Tecnologia, marcando uma nova fase do ensino agrícola. A ETEC Cônego José Bento foi criada em 5 de julho de 1935, pelo decreto nº 7.319, com a denominação Escola Profissional Industrial Mista. e sua organização foi semelhante à Escola de Espírito Santo do Pinhal. Instalada numa área de 35 alqueires, cedida pelo Bispado de Taubaté, iniciou suas atividades, administrativa, em 1936 e, a de ensino, em 1937. Foi a segunda das escolas profissionais agrícolas industriais mistas a ser implantada no estado de São Paulo, justificadas pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região do Vale do Paraíba Paulista, além da necessidade de se localizar uma escola técnica profissional servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1940, pelo decreto nº 11.588, de 19 de novembro, passou a denominar-se Escola Profissional Agrícola Mista Cônego José Bento. Durante a sua trajetória foi vinculada à várias secretarias e órgãos. Atualmente encontra-se vinculada à Secretaria do Desenvolvimento e é administrada pelo Centro Paula Souza – CEETEPS e oferece cursos de Ensino Médio e Técnico.

Palavras-chave: Agricultura. Ensino profissional agrícola.